

## **Ciberativismo anti-homofobia: invisibilidade, fragilidade do campo e nova agenda de pesquisa<sup>1</sup>**

Carole Ferreira da Cruz<sup>2</sup>; Sonia Aguiar (orientadora)<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE

### **RESUMO**

Este artigo apresenta um primeiro mapeamento do campo de estudos sobre ciberativismo político e homofobia no Brasil, a partir de levantamento na base de dados do Portal Intercom. A metodologia adotada percorreu duas etapas: seleção de artigos pertinentes às duas mencionadas temáticas e meta-análise exploratória dos trabalhos considerados mais relevantes do ponto de vista teórico-conceitual. O resultado obtido permite apontar lacunas, fragilidades, avanços e possíveis caminhos para pesquisas futuras, assim como subsidiar uma proposta de investigação capaz de dar conta de questões fundamentais surgidas ao longo desse debate.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciberativismo; homofobia; contra-informação; mídias sociais; Internet.

### **1. Introdução**

Este artigo é a primeira incursão de um projeto de pesquisa recém-iniciado no Curso de Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, que busca compreender as relações entre ciberativismo político e as lutas contra a homofobia. Para tanto, considera-se fundamental mapear os percursos trilhados por outros pesquisadores, tomando-se como ponto de partida os anais das últimas cinco edições do Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), por ser o maior evento do gênero na América Latina, que reúne anualmente cerca de quatro mil pesquisadores.

O trabalho parte da premissa de que o campo das novas mídias tem despertado crescente interesse acadêmico no Brasil, corroborada por dados fornecidos pela secretaria da Intercom: dos cerca de 1.400 artigos inscritos anualmente no Congresso Nacional, cerca de 30% estão de alguma forma relacionados às atuais Tecnologias de Informação e

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao GP Mídia, Cultura e Tecnologias Digitais na América Latina do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa da Intercom, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFS, com formação em jornalismo e especialização em História Contemporânea e em Jornalismo e Crítica Cultural pela UFPE. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq/UFS) e editora dos Cadernos do Tempo Presente. Bolsista Fapitec-SE, e-mail: [carolejornalista@yahoo.com.br](mailto:carolejornalista@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Dra. em Comunicação/Ciência da Informação, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFS, coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA) – <http://licaufs.blogspot.com/>

Comunicação (TICs). Os temas de maior interesse nos últimos anos têm sido a mobilidade na era digital e as chamadas mídias sociais.

É nesse cenário que começam a aparecer estudos sobre as novas formas de ativismo, que já vinham avançando nos EUA e na Europa. Essa tendência foi ratificada pelo levantamento na base de dados do Portal Intercom, dividido em duas etapas. A primeira dedicou-se à busca de palavras-chave que pudessem listar textos com alguma conexão entre ativismo e novas mídias. Nesse apanhado inicial, apareceram outras associações pertinentes a cidadania, redes sociais, movimentos sociais, inclusão digital e política, posteriormente abandonadas por fugirem ao escopo da meta-análise apresentada neste artigo.

Num segundo momento, foram feitas buscas por palavras-chave relativas a gênero e sexualidade: homofobia, homofóbico, homoafetivo, homossexual, homossexualismo, homossexualidade, gay, GLS, LGBT e GLBT. Nos últimos cinco anos, encontramos uma média de apenas duas publicações por edição, não raro com abordagens incidentais ou pulverizadas entre a análise das identidades LGBT na mídia e a recepção de personagens gays em telenovelas. Identificamos ainda outros trabalhos sobre assuntos correlatos, mas que fugiam à proposta central da nossa análise.

Nesse esforço preliminar de mapear o campo, não foi encontrado nenhum cruzamento entre os dois objetos buscados. Com base em uma meta-análise exploratória, constatamos a predominância de estudos sobre: ativismo ambiental, muitas vezes ligado a ONGs que atuam no plano internacional e utilizam largamente ferramentas da Internet, com é o caso do Greenpeace; movimento zapatista de Chiapas, no México, (considerado um dos pioneiros do ciberativismo no mundo); e a rede Avaaz.org, uma organização ciberativista ligada a causas globais. A ausência de trabalhos que associem os novos ativismos ao movimento homossexual e à luta contra a homofobia mostra que há uma tendência de a academia reproduzir o interesse por temas já estudados ou de maior visibilidade midiática.

Essa insistência em direcionar as pesquisas para movimentos de grande repercussão e notoriedade indica que a luta contra a homofobia ainda está despolitizada na grande mídia brasileira. Os militantes LGBT têm optado por buscar os meios de comunicação para promover suas causas, vencer resistências e se engajar em interlocuções públicas, usando como estratégia principal a promoção de “acontecimentos mediáticos” (CARVALHO, 2009), a exemplo da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.

Como bem adverte Traquina (2001), estar na esfera de visibilidade midiática é garantir uma existência coletiva. O problema é que essa estratégia muitas vezes tem

esvaziado a discussão política almejada pelo movimento, como as questões da homofobia, do reconhecimento de uniões homoafetivas e demais aspectos relativos à ampliação de direitos civis. Os enfoques predominantes dos veículos noticiosos têm sido o caráter turístico e festivo do evento, com grande destaque para estimativa de público (algo em torno de 4 milhões, segundo os organizadores) e cobertura de celebridades.

Para Arlindo Machado (2002, p. 12), a consequência inevitável da capitulação do pensamento aos temas impostos pelas mídias dominantes é a “ibopização” dos debates, ou seja: “a aceitação acrítica do pressuposto de que só vale a pena ver aquilo que todos já estão vendo. A ditadura do Ibope [instituto de pesquisas de opinião pública] determina não apenas o que vai ser produzido pelas mídias, mas também o que vai ser estudado nas universidades, debatido nos encontros de especialistas e discutido nos círculos intelectuais”.

O esvaziamento desse debate nos veículos de comunicação hegemônicos tem feito com que os ativistas ligados às causas LGBT busquem espaços alternativos para disseminar ideias, expressar opiniões, engajar pessoas, dirimir preconceitos e pressionar autoridades. Blogs, sites e mídias sociais como Twitter, Facebook e Youtube têm sido usados à exaustão por meio de apropriações criativas e qualificadas, num ambiente tecnológico em rede onde surge um novo habitat para as ações ativistas.

Essas apropriações se enquadram no que J. Downing (2002) conceitua como mídia radical: formas marginais, alternativas, autônomas e experimentais de comunicações, das quais se valem grupos na sua luta por transformações sociais. A mídia radical é apontada pelo autor como essencial à democracia, porque faz uma importante contraposição aos veículos hegemônicos e oferece ressonância às vozes discordantes, minoritárias, subjulgadas e portadoras de impulso de mudança.

Nessa disputa com o campo midiático tradicional, a mídia radical contribui para expandir o âmbito das informações, da reflexão e da troca; tende a ser mais sensível às vozes e aspirações dos excluídos; muitas vezes tem estreita relação com algum movimento social e, portanto, expressa com espontaneidade os pontos de vista e opiniões que não encontram espaço ou são ridicularizados na grande mídia; toma a dianteira em questões que só mais tarde receberão atenção nos noticiários; não precisa censurar-se para atender aos interesses dos empresários da comunicação, do poder estatal e das autoridades religiosas (DOWNING, 2002. p. 81).

Num sistema em que as elites e o Estado capitalista exercem o papel de controladores da informação, a mídia radical se apoia no modelo da contra-informação para

tentar romper o silêncio, reinterpretar fatos, expandir consciências e fornecer novas luzes sobre temas esfumados pelo preconceito e o tabu. Tal conceito é aqui entendido como relativo a “conteúdos normalmente não veiculados pela mídia tradicional que são fundamentais para a construção de uma visão de mundo diferenciada daquela ‘vendida’ pelo discurso dominante” (AGUIAR, 2010).

São discursos relacionados aos “fluxos de informação e canais de expressão que atravessem horizontalmente as sociedades, sem interferência do Estado ou do mercado monopolista dos meios de comunicação, e sob forte orientação de movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades comunitárias” (AGUIAR, 2010). Esses grupos incorporam propostas emancipadoras e viabilizam produções independentes, fazendo com que um número ilimitado de pessoas possa informar e construir discursos sobre si mesmas e suas percepções de mundo.

Levando em conta essas referências, o levantamento sobre ativismo no ambiente digital realizado na base de artigos do Congresso Nacional da Intercom encontrou 16 trabalhos, dos quais seis foram selecionados para o debate proposto. Os critérios utilizados para subsidiar a escolha foram: consistência do referencial teórico e da metodologia, fluência argumentativa, melhor definição, contextualização e categorização do tema. Entre os aspectos problemáticos, podemos destacar: insuficiência teórico-metodológica; ufanismo e visão determinista em relação às novas mídias, apontadas como agentes propulsores das mudanças sociais ou como tecnologias que superaram as anteriores; abordagem das novas formas de ativismo a partir do senso comum.

Por se tratarem de pesquisas muito recentes e dispersas, constatamos que esse ainda é um campo em construção, com todas as fragilidades e inconsistências inerentes a processos nascentes e em curso. Em relação ao debate sobre a homofobia, nos cinco anos pesquisados foram identificados apenas oito artigos que abordavam essa temática, mesmo que tangencialmente. Dois faziam relação entre manifestações homofóbicas e mídias sociais. Apenas um tratava, incidentalmente, dos movimentos ativistas homossexuais. Os demais estavam pulverizados entre a análise da cobertura sobre homofobia e identidades LGBT na mídia; conceito de *camp*<sup>4</sup> e recepção de personagens gays nas telenovelas.

Os dados levantados demonstram a invisibilidade da luta contra a homofobia nos estudos acadêmicos do campo midiático. Apesar do recrudescimento da intolerância e da

---

<sup>4</sup> Relacionado à cultura homossexual masculina, com ênfase em três aspectos: sensibilidade ou forma de leitura do mundo (posição marginal em relação ao gosto oficial e à alta cultura), comportamento (conjunto de gestos, posturas, expressões, gírias, tons de fala) e estilo de produção artística e cultural (LACERDA, 2011).

violência contra a população LGBT no Brasil, que ao mesmo tempo tem conseguido conquistas importantes quanto à ampliação dos direitos civis, a questão da homofobia e dos movimentos homossexuais ainda não conseguiu romper o status de “gueto”, a ponto de fazer parte da agenda das pesquisas brasileiras em Comunicação.

## **2. A opção pela meta-análise**

Optamos por um método de investigação crescentemente utilizado nos últimos anos, a meta-análise, baseada “em dados e conclusões obtidas em pesquisas, estudos, levantamentos e análises realizados por outros pesquisadores” sobre a temática em foco (AGUIAR, 2011). Nossa escolha não foi aleatória. Seguimos esse caminho por entender que apresenta uma das ferramentas mais apropriadas à pesquisa em áreas onde há a necessidade de novos e sistemáticos estudos e cujas evidências disponíveis ainda são insuficientes.

A partir de uma reflexão crítica e de um método de investigação que se volta para pesquisas anteriores, a meta-análise contribui para alterar ou superar o resultado de análises feitas em outros momentos (AGUIAR, 2011). Além de propor uma revisão bibliográfica ou de literatura especializada, ajuda a consolidar dados quantitativos referentes a experimentos laboratoriais. Por isso, é uma ferramenta que, historicamente, tem sido muito usada nas áreas biomédicas e biológicas.

Nas últimas décadas, esse método tem se expandido para outros campos do conhecimento, devido ao aumento crescente de publicações científicas e às facilidades geradas pelas tecnologias digitais para busca, seleção, aquisição, armazenamento, difusão e análise de conteúdos em bancos de dados. As fontes usuais para identificação de documentos são referências bibliográficas em bases informatizadas, autores que trabalham pesquisas comuns, programas de conferência, dissertações, revisão de artigos, procura manual de periódicos, etc (LOVATTO et alli, 2007, *apud* AGUIAR, 2011).

A meta-análise permite vários retornos à base de dados que deu origem à pesquisa para comparações, verificações e observações mais específicas. Os dados meta-analíticos normalmente são analisados a partir de gráficos, com o intuito de permitir a visualização rápida das informações, fazer relações importantes, estabelecer hipóteses ou clarear pontos-chave (LUIZ, 2002, *apud* AGUIAR, 2011). Outra prática importante é a contextualização do problema e das condições sob as quais foram alcançados os resultados originais.

Esta metodologia pode ser, portanto, fundamental para o monitoramento e avaliação das áreas de conhecimento ou especialidades em processo de consolidação como campo, a exemplo das pesquisas sobre os novos ativismos e a questão da homofobia. Possibilita, ainda, demonstrar lacunas e aspectos não explorados nas pesquisas precedentes, assim como apresentar outras opções metodológicas e conceituais a serem adotadas.

### 3. Polissemia e mutações do termo ativismo na Internet

No conjunto de artigos analisados, observamos uma dispersão da literatura sobre o uso do ambiente digital como ferramenta de ativismo. A partir dessa revisão bibliográfica preliminar e da análise dos estudos de caso encontrados, empreendemos o esforço de tentar definir as novas formas de ativismo mapeadas: ciberativismo, hacktivismo, game-ativismo e hacking social. Tentamos ainda observar como essas ações estão se desenvolvendo na Internet e quais ferramentas vêm sendo utilizadas.

Antes de entrar nessa discussão conceitual, consideramos apropriado diferenciar os enfoques do ativismo social, cultural e político. O ponto central que distingue este último dos demais é o enfrentamento das relações de poder, que podem estar não só no âmbito macro do Estado e dos governos, como também nas práticas cotidianas, ou seja, nas micropráticas que constituem o mundo da vida nas sociedades modernas, como lembra Foucault (*apud* HAJE, 2007).

As outras formas de ativismo têm relação com militância e ação continuada com vistas a uma mudança social, ou com práticas artísticas usadas para produzir resistência cultural ou novas sensibilidades. Em comum, os ativistas buscam a transformação da realidade de diversas formas: adesão a protestos e atos; envio de cartas; organização ou participação em reuniões, eventos ou performances; entrevistas à imprensa; boicotes a certos produtos ou empresas; realização de manifestações públicas; recrutamento de simpatizantes; coletas de assinaturas em apoio a manifestos etc.

Essa forma de intervir na realidade vem sofrendo profundas mudanças com o advento das mídias digitais, que têm proporcionado uma comunicação mais horizontal, autônoma e dialógica, sem o crivo dos *gatekeepers*<sup>5</sup>. As atuais ferramentas comunicativas ajudam a produzir resistência, influenciam a maneira como os sujeitos se relacionam com as tecnologias, constroem novas práticas sociais, facilitam as lutas contemporâneas em

---

<sup>5</sup> *Gatekeeper* foi um conceito elaborado nos anos 40 por Kurt Lewin para estudar as dinâmicas que agem no interior de grupos sociais e, posteriormente, aplicado ao jornalismo por David Manning White para designar os filtros que definem quais notícias devem ou não ser publicadas (WOLF, 2003).

termos de tempo e custo, são uma alternativa aos filtros tradicionais dos meios de massa, unem e mobilizam pessoas e entidades de diferentes localidades.

A Internet surge como possibilidade de quebrar o monopólio da grande mídia e oferecer um ambiente favorável para o exercício de um papel mais ativo no processo comunicacional. Nesse sentido, tente a forjar uma opinião pública organizada em espaços virtuais “multi-mídias”, onde as “produções se dão de forma articulada e cooperativa, cujo produto final é exibido de forma pública e livre, para públicos específicos, que ao mesmo tempo são mídias para outros públicos” (ANTOUN & MALINI, 2010).

Contudo, vale ressaltar que as novas possibilidades de interação proporcionadas pela Internet não tornam obsoletas as outras tecnologias, apenas contribuem para mudar a dinâmica do fazer comunicativo nos meios tradicionais (OROZCO, 2006) e impactam as práticas ativistas que historicamente se constituíram ao longo do século XX. De qualquer forma, os estudos de caso analisados mostram que, de maneira geral, nem sempre essas ações no ambiente online se consolidam sem relacionar-se com os meios tradicionais.

Sandor Vegh (2003, *apud* NASI e RADDATZ, 2009; SILVEIRA, 2009; OLIVEIRA, MEDEIROS, SOUZA, RIOS, 2010) define ciberativismo como a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados e apresenta três categorias para classificá-lo. A primeira versa sobre as organizações de conscientização e apoio, em que a rede de computadores pode funcionar como uma fonte alternativa de informação, como se observa nas práticas e estratégias adotadas pela Anistia Internacional e pelo Greenpeace. Nestes casos, o objetivo é proteger e reivindicar os direitos de segmentos marginalizados, como minorias étnicas e mulheres, por exemplo. Esse tipo de ação diz respeito à percepção/promoção de uma causa (*awareness / advocacy*) e busca mobilizar pessoas de para entrar em contato com uma realidade que muitas vezes desconhecem. De acordo com Vegh, a maioria das organizações ativistas enquadra-se nessa categorização.

A segunda categoria corresponde ao uso da Internet para organização e mobilização de uma determinada ação, que pode ser de três tipos: convite de pessoas, a partir do ambiente digital, para ações *offline*; execução de ações que normalmente acontecem *offline*, mas podem ser mais eficientes se executadas *online*, como por exemplo, mandar um *e-mail* para determinada autoridade; e mobilizações que só são possíveis *online*, como campanhas de envio de *spams*, por exemplo.

A última categoria de ciberativismo é formada pelas iniciativas de ação/reação mais comumente conhecidas como hacktivismo ou ativismo *hacker*, que envolvem diversos tipos



de atos, como o apoio *online*, congestionamento de sites e até mesmo cibercrimes ou ciberterrorismo. O hacktivismo é entendido por Alexandra Whitney Samuel (2004, *apud* SILVEIRA, 2009) como o uso não-violento, com fins políticos, de ferramentas digitais ilegais ou juridicamente ambíguas.

Para Ricardo Rosas (2003 *apud* GONÇALVES, 2007), os hacktivistas constituem movimentos e grupos que realizam ação direta no ciberespaço, como invasões de sites para inserir mensagens e imagens de protesto, simulação de páginas oficiais com conteúdo alterado e práticas de desobediência civil eletrônica como os *sit-ins* virtuais – bloqueio temporário e sem danos permanentes do acesso a portais de governos e empresas.

O campo de atuação do hacktivismo é bastante vasto. As bandeiras de luta vão desde a situação na Palestina à dominação das grandes corporações, passando por temas como combate à pornografia infantil, transgênicos, censura em países como a China até reações contra entidades como a Organização Mundial de Comércio (OMC) e à rede de comunicação CNN. Segundo Rosas (2003 *apud* GONÇALVES, 2007) as táticas podem ser variadas: invasão, blocagem de acessos a sites e programas de mensagens escondidas em imagens para fugir da censura, pichação com textos anti-guerra em games online, “plagiarismo” e invasão de sites restritos para permitir acesso público.

De acordo com Sérgio Amadeu Silveira (2009), o game-ativismo nasce das possibilidades abertas pela popularização dos jogos eletrônicos que migraram para o ambiente digital, o que levou ao aumento do número de desenvolvedores, ao uso além da esfera do entretenimento e ao primeiro lugar na indústria audiovisual mundial, ultrapassando até mesmo a produção cinematográfica. Esse novo tipo de ativismo busca desenvolver jogos de computador para denunciar, apoiar e despertar interesse por determinadas causas e campanhas sociais, políticas ou culturais.

Silveira (2009) argumenta que os games ultrapassaram o mundo do entretenimento e do treinamento militar, ganharam usos educacionais, migraram para diversas áreas e adquiriram aplicações denominadas de *serious game* (jogo sério). Como exigem uma concentração prazerosa das atenções, que acaba gerando uma imersão no contexto proposto, esses jogos podem ser aplicados em vários processos comunicacionais. Por isso têm sido apontados como uma importante mídia para diversos conteúdos e aplicações que exijam grande atenção, memorização de regras e movimentação de vários elementos.

O game-ativismo é reflexo da utilização dos *games* como mídia para denúncia, disseminação de propostas, esclarecimento de cenários futuros e envolvimento de cidadãos



em causas políticas, socioambientais e culturais (SILVEIRA, 2009). O autor entra na discussão do termo *Machinima*, reunião das palavras inglesas *machine* e *animation*, para falar dos novos filmes com personagens de games desenvolvidos pelos próprios usuários, permitindo seu compartilhamento online.

Essa prática alcançou o universo do ativismo com os movimentos *French Democracy* e *Molleindustria*, nos quais jogos são utilizados como manifestação contracultural baseada, principalmente, na sátira política. Entre os mais populares no meio ativista estão o *McDonald's Video Game*, que pretende revelar as consequências negativas do capitalismo global, através de uma simulação sobre a gestão da cadeia produtiva do McDonald; e o *Operation Pedopriest*, que usa o humor para denunciar os abusos sexuais cometidos pelos padres católicos norte-americanos.

Outro conceito que apareceu, embora superficialmente, durante o processo de análise dos trabalhos é o de *hacking* social (URGATE, 2007 *apud* LIMA, 2009): um tipo de ativismo baseado na ética hacker e nos discursos que levam ao “empoderamento” das pessoas para a concretização do “faça você mesmo”. O autor considera que o ciberativismo se apoia em três vias: o discurso, as ferramentas e a visibilidade. As ferramentas devem ser desenvolvidas de forma a serem apropriadas pelos indivíduos, e a visibilidade é algo que se tem que lutar permanentemente para que as ideias se propaguem.

Urgate (2007, *apud* NASI e RADDATZ, 2009) considera que uma das premissas do ciberativismo é o *empowering people*, ou seja, dar poder aos sujeitos e servir de voz aos que geralmente não encontram espaço de expressão no cotidiano. Esse “empoderamento” nasce dos novos atores no processo de emissão, que introduzem discursos e olhares diferentes sobre a realidade. Nem sempre o ativismo online é bem sucedido, mas permite que a comunicação se realize de múltiplas formas e possibilita que cidadãos de diferentes partes do mundo possam se manifestar em espaços tradicionalmente ocupados apenas por líderes ou pelas elites globais.

Essas mutações do termo ativismo expressam as tentativas dos estudiosos de acompanhar as transformações que as ações políticas estão passando quando seus sujeitos encontram novas possibilidades de comunicação e organização. Vale ressaltar que isso não significa que as tecnologias criam novas formas de intervenção sociopolítica, mas que as diversas apropriações tecnológicas feitas por grupos, entidades e indivíduos possuem condições mais favoráveis para construir redes de mobilização, o que não era possível em uma esfera pública dominada pelos meios massivos (BENKLER, 2006).

#### **4. Homofobia: contextualização conceitual**

Para definir homofobia é preciso retomar suas raízes históricas e fazer uma contextualização conceitual que dê conta das complexidades que envolvem a questão. Os estudos de Foucault (*apud* CARVALHO, 2009) explicam com muita propriedade como a sexualidade foi construída por meio de uma série de discursos sociais. A partir do século XVII, várias instâncias de conhecimento e poder, como medicina, pedagogia, direito, psiquiatria, biologia, psicanálise, burguesia e igreja colocaram o sexo num novo patamar.

Se até então a visão reinante era a da degenerescência, a estratégia foi construir outra abordagem, a da sexualidade, categoria mais adequada aos discursos de saber e dogmáticos. Essa dimensão mais sutil não diz respeito apenas ao ato sexual, mas a uma série de desejos e práticas que deixam de ser alvo direto de repressões. Assim, as manifestações da sexualidade atingem duas instâncias: análises racionais, a exemplo das prescrições médicas de higienização das práticas sexuais, e controle moral por parte das variadas religiões.

Isso explica por que a medicalização/psiquiatrização da sexualidade teve como uma das principais consequências a associação da homossexualidade a doença, visão que só foi superada recentemente no campo científico (COSTA, 1992, *apud* CARVALHO, 2009). Por outro lado, congregações religiosas, em sua maioria, a relacionaram ao pecado e à anti-natureza. Desse modo, essa categoria já nasce sujeita a mal entendidos, silêncios, interditos, escrutínios, ambiguidades e preconceitos.

Como destaca Foucault (*apud* CARVALHO, 2009), é para a família que os aparatos discursivos sobre a sexualidade são dirigidos, resultando em ampla difusão de preceitos sobre condutas sexuais “sadias” e “aceitáveis”. O núcleo familiar passa a representar a salvaguarda das uniões monogâmicas, heterossexuais e reprodutivistas e é o centro de convergência de todos os discursos sobre a sexualidade levados a cabo nos últimos três séculos, com sua matriz heterossexista e reprodutivista, responsável, em larga medida, pela instauração e disseminação da homofobia.

O discurso histórico que contribui fortemente para a consolidação e o reforço das ações homofóbicas não enseja apenas um preconceito que se limita a sentimentos de repulsa, mas vai além ao se materializar em práticas de violência física e psicológica que podem acabar em mortes, mutilações físicas e traumas muitas vezes irreversíveis. Nos trabalhos analisados neste artigo, observamos que a homofobia ainda é um conceito em construção, sujeito a interpretações não raro conflitantes, embora se observe também a

tendência de pensá-lo para além de mera manifestação de preconceito, a partir de problematizações com as relações de gênero, identidades sexuais e sexismo.

Para Carvalho (2009), ver a homofobia como um sentimento que se limita ao medo e a aversão faz escapar que qualquer atitude de rejeição e negação à vivência homoafetiva é também homofóbica. O autor argumenta ainda que essa visão não consegue dar conta dos contornos político-ideológicos implicados nesse processo. Daniel Borrillo (2001 *apud* CARVALHO, 2009) ressalta que, ao longo da história, tais atos não têm se limitado às relações sociais cotidianas, mas levaram, em diversos momentos e sociedades, à criminalização das práticas homossexuais e à sua inferiorização jurídica, realidade ainda presente em quase todos os países do mundo.

O conceito desenvolvido por Borrillo (2001, *apud* LEAL, JÁCOME, DOURADO, TORRE, GOMES, 2008) descreve a homofobia como repulsa ou condenação da homossexualidade e atitude hostil em relação a homossexuais, homens ou mulheres. A atitude homofóbica teria o papel de funcionar como guardião das fronteiras sexuais e de gênero, atualizar a função de inferiorizar a homossexualidade e atribuir ao comportamento heterossexual qualidades de “natural” e “superior”. Essa dicotomia desenha uma ordem sexual em que à heterossexualidade é reservado o caráter de modelo único a ser seguido.

O autor faz diferenciação entre homofobia geral e específica: a primeira, ligada aos valores sexistas, demanda perenizar os papéis de masculino, feminino, heterossexual e homossexual para manter a matriz heterocêntrica presente na sociedade; a segunda guarda relação com atitudes hostis contra os homossexuais, tal como ocorre em relação à xenofobia (rejeição aos estrangeiros residentes em um país), o que leva a serem acusados de colocar em risco a coesão moral, cultural e salutar da sociedade.

As proposições de Borrillo reforçam a tese de que a homofobia deve ser pensada a partir das relações de gênero, do sexismo e das identidades sexuais. Embora à primeira vista pareça natural considerar como homofóbicos exclusivamente a repulsa e a aversão aos homossexuais, tais sentimentos estão cimentados numa matriz heterossexista e reprodutivista, que surge em função de uma série de discursos racionais-científicos ou dogmáticos, e definem que não pode haver ambiguidade nos papéis de homem e de mulher.

## **5. Ciberativismo, homofobia e comunicação em rede**

Dentre as formas de tornar a homofobia uma questão pública, combater a intolerância, mobilizar a sociedade em defesa da cidadania LGBT e intervir nas decisões

políticas estão as narrativas jornalísticas. O problema é que, por estar assentada nas normas heterossexistas, reafirmadas pela dicotomia entre gêneros (homem e mulher) e sexualidades (hetero e homossexual), a grande mídia acaba ajudando a reproduzi-las, mantém a invisibilidade das identidades homossexuais e reforça preconceitos.

O movimento homossexual tem lutado para qualificar o debate e combater as associações negativas feitas em torno da homossexualidade nos meios de comunicação. Prova disso foi o lançamento, em janeiro de 2010, do Manual de Comunicação LGBT, que visa normatizar as formas de a mídia abordar temas relativos à diversidade sexual. E vai além: busca reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade das pessoas e incentivar uma postura ética, não sensacionalista, sem banalizações ou ridicularizações.

Nos últimos anos também têm sido feitas inúmeras tentativas de agendamento por meio da realização de megaeventos, como a Parada LGBT de São Paulo, como já foi dito na introdução deste artigo. No entanto, essa estratégia vem contribuindo para a despolitização do debate, na medida em que as coberturas desviam a atenção do público para aspectos irrelevantes à causa anti-homofóbica, como estimativa de público e impactos para o turismo. Temas caros aos ativistas como a criminalização da homofobia e a aprovação da união estável e das adoções homoafetivas continuam obscurecidos nos meios noticiosos.

Tal cenário é sintomático da crise de representação vivenciada nas sociedades contemporâneas. Não só a imprensa, cada vez mais vinculada às Indústrias Culturais que vêm a comunicação única e exclusivamente como negócio, mas também os políticos vivem um processo intenso de falta de credibilidade. Paralelamente, emergem vozes dissonantes impulsionadas pelas culturas digitais, que enfrentam o monopólio da palavra das mídias tradicionais e criam um ambiente de insatisfação propício a teorizações sobre novos modelos de democracia para atender às prerrogativas da soberania popular.

Grupos, entidades, ONGs, ativistas e cidadãos têm recorrido a espaços alternativos para disseminar opiniões e informações, conscientizar e engajar pessoas, buscar formas de representação de si mesmas e do mundo, intervir no espaço público e na política. Às novas necessidades de expressão, organização e militância convergem as atuais Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que unem acessibilidade, baixo custo e ferramentas que oferecem usos e apropriações horizontais, dialógicas e internativas.

Em meio às transformações em curso, as interações entre sujeito e ambiente mediadas nos contextos digitais assumem as formas dinâmicas e “imateriais” das redes, em

que a gestão das informações e a elaboração dos processos decisórios saem do controle do emissor e fazem do indivíduo um sujeito tecnologicamente ativo e autônomo (MASSIMO, 2008, p. 24). A relação do cidadão com o mundo passa a ser construída colaborativamente, impulsionando um repensar das formas e práticas das interações sociais fora da concepção funcional-estruturalista-analógica (Lazarsfeld, Shannon-Weaver, Eco e Fabri).

O fluxo unidirecional da comunicação cede lugar à forma digital multidirecional (muitos para muitos), em que “a distinção entre emissor e receptor é substituída por uma interação de fluxos informativos entre o internauta e as redes, resultante de uma navegação única e individual que cria um rizomático processo comunicativo entre arquiteturas informativas, a exemplo de blogs, sites, comunidades virtuais, conteúdos e pessoas” (MASSIMO, 2008, p. 44).

Em breve apanhado na Internet foram encontrados inúmeros canais de interlocução com a sociedade, amplamente usados para o ciberativismo. Blogs como “Frente Paulista contra a Homofobia”, “GADVS - Grupo de Advogados Pela Diversidade Sexual” e “Artgay - Articulação Brasileira de Gays” são alguns exemplos de articulações nacionais em rede de apoio à causa homossexual, que contam com perfis em outras mídias sociais. Em suas páginas online, esses movimentos se autodefinem como inclusivos, suprapartidários, independentes e democráticos, criados para enfrentar a homofobia, promover e consolidar os direitos LGBT e combater qualquer forma de discriminação e violência.

No Youtube é possível localizar centenas de vídeos de conteúdo político-educativo: Campanha contra a homofobia; Até onde vai o preconceito; As aparências enganam; e Campanha contra o preconceito. Outros blogs são usados para o exercício de um ciberativismo mais individualizado, por meio de artigos, comentários e conteúdos multimídia: Homofobia Basta!, Blog do Tsavkko e O Liquidificador. A progressiva aposta no ciberativismo apresenta-se, assim, como um caminho viável à construção de uma contra-hegemonia midiática que neutralize o pensamento único, a intolerância e o preconceito.

## **6. Considerações finais**

As reflexões aqui apresentadas tiveram como objetivo central mapear e organizar o campo de estudos sobre ciberativismo e homofobia no Brasil, de modo a apontar lacunas, avanços e possíveis caminhos para pesquisas futuras. A partir das ferramentas possibilitadas pela meta-análise, percebemos a necessidade de amadurecer e melhorar os procedimentos

teórico-metodológicos adotados até então e apresentar uma proposta de investigação capaz de dar conta de questões fundamentais surgidas ao longo desse debate.

Este artigo é resultado de um levantamento exploratório preliminar que irá subsidiar os estudos desenvolvidos ao longo do Mestrado em Comunicação. Nossa proposta de pesquisa pretende focar o ascendente movimento contra a homofobia nas chamadas mídias sociais, em função do recrudescimento da violência aos homossexuais, das recentes decisões judiciais em reconhecimento às uniões homoafetivas e das reações de grupos religiosos às iniciativas do poder público de ampliar direitos civis.

Observaremos a ação de ativistas LGBT em perfis de usuários de páginas na Internet. O problema central é verificar se as ferramentas interativas do ambiente online, baseadas numa comunicação multidirecional, democrática, acessível e de rápida disseminação, têm alcançado resultados no mundo *offline*. Ou seja, se realmente estão ajudando a construir um engajamento coletivo capaz de sensibilizar a opinião pública, pressionar autoridades, aumentar a punição para os casos de violência e fortalecer a esfera pública como espaço de deliberação política.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. Análise dos estudos sobre jornalismo ambiental: primeiras incursões. In: 9º. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2011, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo/ ECO-UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. Discursos anti-midiáticos na web: entre a contra-informação e a contracomunicação. **Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/midiaecotidiano/Artigos/artigoSoniaREVISTAPPGMC-rev.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2012

ANTOUN, H.; MALINI, F.. Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. In: XIX ENCONTRO DA COMPÓS, 2010, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Compós, 2010.

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. Connecticut (EUA): Yale University Press, 2006. Disponível em: <[http://www.benkler.org/wealth\\_of\\_networks/index.php?title=Download\\_PDFs\\_of\\_the\\_book](http://www.benkler.org/wealth_of_networks/index.php?title=Download_PDFs_of_the_book)>. Acesso em: 9 mai 2012.

CARVALHO, C. A.. Desafios na Utilização do Conceito de Acontecimento em Coberturas Jornalísticas sobre Homofobia. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ Universidade Positivo, 2009.

DOWNING, J. D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.



GONÇALVES, Fernando. Resistência nômade: arte, colaboração e novas formas de ativismo na Rede. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2007, Santos. **Anais**. Santos (SP): Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ Unisantos, 2007.

HAJE, Lara. Comunicação, esfera pública e poder. RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy (orgs.). In: RAMOS, M. C. e SANTOS, S. (orgs). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007. Coleção Comunicação.

LACERDA, L. F.. Camp e cultura homossexual masculina: (des)encontros. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2011, Recife. **Anais**, Recife: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ Unicap, 2011.

LEAL, B.; JÁCOME, P.; DOURADO, A.; TORRE, M.; GOMES, L. In: XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008, Natal. **Anais**. Natal: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/UFRN, 2008.

LIMA, Leilane. A Política na Twittosfera: o caso do AI-5 digital e uso de plataformas de microblog para o ciberativismo. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ Universidade Positivo, 2009.

MACHADO Neto, A. R.. Contra a ibopização do pensamento (em defesa da mídia radical) [apresentação]. In: DOWNING, J. D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

MASSIMO, Di Felice (org). Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul (SP): Difusão Editora, 2008.

NASI, L. e RADDATZ, V. L.. Ciberativismo: espaço de comunicação e militância na Internet. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ Universidade Positivo, 2009.

OLIVEIRA, A.; MEDEIROS, C. M.; SOUZA, G.; RIOS, R.. Os conceitos de ciberativismo a partir de uma análise do site Greenpeace Brasil. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2010, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul (RS): Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ UCS, 2010.

OROZCO GÓMEZ, G.. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis de. (org.) **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 81-98.

SILVEIRA, S. A.. Game-ativismo e a nova esfera pública interconectada. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ Universidade Positivo, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 271 p., 2003.